

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.739.914 - MT (2018/0108243-3)**

**RELATORA** : **MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES**  
**RECORRENTE** : **DIOGO DE ARAUJO MEIRA ROCHA**  
**RECORRENTE** : **ERICK PETRONIUS LIMA RIBEIRO**  
**RECORRENTE** : **JOAO BOSCO DA SILVA**  
**RECORRENTE** : **LAUBERTO FERREIRA DA CONCEICAO**  
**RECORRENTE** : **MARIO BALBINO LEMES JUNIOR**  
**RECORRENTE** : **ROGER DOSS**  
**RECORRENTE** : **ROZIMEIRE SATIKO SHIMIZU**  
**ADVOGADOS** : **JOÃO ROCHA SILVA - MT001564**  
                  **MARCEL LOUZICH COELHO - MT008637**  
**RECORRIDO** : **ESTADO DE MATO GROSSO**  
**PROCURADORES** : **JENZ PROCHNOW JUNIOR - MT005432B**  
                  **RONALDO PEDRO SZEZUPIOR DOS SANTOS E OUTRO(S) -**  
                  **MT006479**

**DECISÃO**

Trata-se de Recurso Especial, interposto por DIOGO ARAÚJO MEIRA ROCHA E OUTROS, com fundamento na alínea **a**, do permissivo constitucional, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, assim ementado:

"PROCESSO CIVIL — AGRAVO REGIMENTAL — APELAÇÃO CÍVEL COM REEXAME NECESSÁRIO — AÇÃO DE COBRANÇA — URV — JULGAMENTO MONOCRÁTICO — OBSERVÂNCIA OBRIGATÓRIA PARA TODOS OS ENTES PÚBLICOS — DEFASAGEM REMUNERATÓRIA DECORRENTE DA CONVERSÃO ERRÔNEA — PERCENTUAL DEVIDO — NECESSIDADE DE APURAÇÃO — LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA — HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS — FIXADOS EM PERCENTUAL — SENTENÇA ILÍQUIDA — RECURSO PROVIDO EM PARTE.

O Superior Tribunal de Justiça firmou entendimento de que é obrigatória a observância, pelos Estados e Municípios, dos critérios previstos na Lei Federal nº 8.880/94, para a conversão, em URV, dos vencimentos de seus servidores, mesmo os dos empossados após o advento da referida Lei (STJ, Ag 1.124.660/MG, Rel. Min. Maria Thereza de Assis Moura, ale de 22.10.2010) O valor da alegada diferença remuneratória é devido somente ao servidor público do Estado de Mato Grosso, quando, na liquidação de sentença, for constatada a errônea conversão de cruzeiros reais em URV.

Diante da impossibilidade de fixação, em quantia certa, do valor devido, os honorários devem ser arbitrados em percentual proporcional e razoável, consoante a apreciação equitativa do Juiz, considerando as alíneas a, b e c do § 3º do artigo 20 do CPC/73. Presente alguma circunstância válida a dar ensejo à alteração parcial da decisão monocrática, o Agravo Regimental deve ser, em parte, provido" (fl. 391e).

Opostos Embargos Declaratórios (fls. 415/426e), foram rejeitados (fls. 476/482e), restando assim sumariado acórdão:

"PROCESSUAL CIVIL - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - AGRAVO INTERNO - AÇÃO DE COBRANÇA - URV - OBSERVÂNCIA OBRIGATÓRIA PARA TODOS OS ENTES PÚBLICOS - EXISTÊNCIA DE EFETIVA DEFASAGEM NA REMUNERAÇÃO - APURAÇÃO NA LIQUIDAÇÃO DA SENTENÇA - IMPRESCINDIBILIDADE DE SUA LIQUIDAÇÃO - HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS - FIXADOS EM PERCENTUAL - SENTENÇA ILÍQUIDA - ALEGAÇÃO DE OMISSÃO E CONTRADIÇÃO - VÍCIOS NÃO CONFIGURADOS - EMBARGOS DECLARATÓRIOS REJEITADOS.

Não havendo omissão ou contradição no acórdão recorrido, que reconheceu a necessidade de realização de liquidação da sentença, para a apuração do valor da alegada diferença remuneratória e do respectivo índice, pois somente são devidos ao servidor público do Estado de Mato Grosso após constatada a errônea conversão de cruzeiros reais em URV, merecem ser rejeitados os embargos de declaração opostos, sobretudo quando contém elementos meramente impugnativos" (fl. 476e).

Ainda inconformada, sustenta a parte recorrente que o acórdão violou os arts. 14, 85, §§ 3º e 4º, 492, 494, 505, 941, 951, 1.022, II, do CPC/2015 e 25 da Lei 8.880/94, firme nos seguintes argumentos:

**"01 - Da ação principal e da escoreita decisão monocrática do Relator - Modificação posterior em sede de Agravo Regimental sem pedido específico do agravante - DECISÃO EXTRA PETITA com Violação da COISA JULGADA (artigos 492, 494 e 941 do novo CPC. Manifesta divergência de**

**entendimentos quanto ao mérito da causa**

(...)

O douto Magistrado sentenciante acolhendo o pedido formulado pelos Requerentes, condenou o requerido a incorporar à remuneração dos Autores o percentual de 11.98%, decorrente da perda salarial ocorrida quando da conversão para URV, independentemente de realização de perícia para apuração do percentual; além de condená-lo no pagamento dos honorários da sucumbência em R\$ 5.000,00.

Todavia, no segundo parágrafo da parte dispositiva da sentença, IMPÔS INDEVIDA LIMITAÇÃO TEMPORAL ao direito da requerente, condicionando a aplicação do referido percentual à comprovação em liquidação de sentença da implantação (ou não) do REGIME DE SUBSÍDIO que, segundo a ótica do Magistrado de piso, equivale à REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA DA REQUERENTE, como consta do segundo parágrafo da parte dispositiva da sentença de primeiro grau, (...)

O que afronta a orientação uniforme dos Tribunais Superiores e da própria Corte local, que não permitem LIMITAÇÃO TEMPORAL ou COMPENSAÇÃO DE QUALQUER NATUREZA, com aumentos salariais posteriores à Lei Federal nº 8.880/94, por se tratar de verbas de natureza jurídica diversa.

(...)

Com efeito, em momento algum o Estado de Mato Grosso, como agravante, pediu a MODIFICAÇÃO da Decisão Monocrática do Relator, como se extrai da conclusão da petição de interposição do Regimental.

Todavia, a Câmara Julgadora, SEM QUE HOUVESSE PEDIDO DA PARTE INTERESSADA, resolveu, de forma INUSITADA e EXTEMPORÂNEA, modificar totalmente a Decisão Monocrática do Relator que havia confirmado a sentença de primeiro grau, no tocante à incorporação do diferencial de URV.

(...)

Como se vê, Senhores Ministros, a Câmara, em sede do Agravo Regimental (SEM QUE HOUVESSE PEDIDO DO EMBARGANTE NESSE SENTIDO) modificou a sentença de primeiro grau, determinando que, tanto o INCONTROVERSO percentual de 11.98%, relativo às perdas salariais de URV, quanto os valores dos créditos dos autores fossem apurados em liquidação de sentença; bem como, fixando os honorários advocatícios de forma aviltante em 2% (dois por cento) do valor da condenação, a ser apurado em liquidação de sentença; contrariando, assim, às

determinações DOMINANTES, tanto dos Tribunais Superiores quanto do próprio Tribunal local e, até mesmo de suas próprias decisões em casos idênticos.

(...)

Como demonstrado, **o Tribunal local ao simplesmente rejeitar os embargos de declaração opostos pelos Autores, sem enfrentar a tese esposada pelos embargantes, violou o artigo 1.022 do novo Código de Processo Civil (art. 535 do CPC anterior), ensejando a oportunidade de manejo do Recurso Especial.**

(...)

Com efeito, **EM MOMENTO ALGUM DO PROCESSO o réu, o Estado de Mato Grosso, argüiu que o referido percentual de 11.98% não teria aplicação aos servidores públicos do Poder Executivo, em razão do disposto no artigo 168 da Constituição Federal; bem como, que o referido percentual de 11.98% deveria ser apurado em liquidação de sentença.**

(...)

Com efeito, no âmbito dos Tribunais Superiores, consoante arestos acima colacionados, é firme o entendimento que "os servidores estaduais ou municipais do Poder Executivo têm direito ao acréscimo da diferença decorrente da conversão de seus vencimentos para a Unidade Real de Valor (URV), nos ditames da Lei n. 8.880/1994- .

**Portanto, o acórdão recorrido, ao decidir de forma contrária, determinando procedimento diferente na apuração das perdas salariais decorrentes da conversão dos vencimentos em URV, violou o artigo 25, da Lei Federal 8.880/94, que disciplina o assunto.**

(...)

**Violação dos artigos 14 e 85, § 3º, Incisos I, II, III, IV e V, c/c com o § 4º, Incisos II e II, do Novo CPC (art. 20, § 4º, c/c o 3º, do CPC revogado), quanto à fixação dos honorários advocatícios de forma equivocada e aviltante.**

Concluindo, não obstante os julgamentos dos Recursos terem ocorrido sob a égide do novo CPC, o v. acórdão do Regimental violentou, fragorosamente, o disposto no artigo 85, §§ 3º e 4º e seus incisos, do novel Código de Processo Civil, ao fixar os honorários da sucumbência na ínfima percentagem FIXA de 2% (dois por cento) da condenação. a ser apurado em liquidação de sentença" (fls. 488/507e).

Contrarrazões, a fls. 630/635e.

Recurso admitido, a fls. 641/643e.

De início, é esta a letra do acórdão recorrido, transcrita no que interessa a espécie:

"Como consignado no relatório, trata-se de Recurso de Agravo Regimental, interposto pelo Estado de Mato Grosso, contra a decisão monocrática por mim proferida, pela qual dei parcial provimento ao Recurso de Apelação nº 11931/2016, interposto pelo Agravante, e, dei provimento ao Apelo dos Autores, nos autos da Ação de Cobrança, por eles ajuizada, e retifiquei, em parte, o ato sentencial em Reexame Necessário.

(...)

O Superior Tribunal de Justiça, ao julgar o REsp nº I .10I.726/SP, submetido à disciplina dos recursos repetitivos (art. 543-C do CPC/73), reconheceu o direito dos servidores públicos, estaduais ou municipais, à conversão dos seus vencimentos, de acordo com os critérios dispostos na Lei nº 8.880/94, a contar de 1º de março de 1994, e, ainda, que a concessão de aumentos posteriores a tal regramento federal não tem o condão de corrigir equívocos na conversão ou compensar perdas então verificadas.

(...)

**O segundo ponto consiste na necessidade de apuração do quantum, na liquidação da sentença para constatação de eventual defasagem remuneratória, bem como do índice correto a ser aplicado.**

**Aqui assiste razão ao Recorrente. Aliás, já o disse anteriormente, no preâmbulo deste voto, sinalizando pelo acolhimento deste argumento.**

**Digno de registro é que a questão aqui colocada foi apreciada pela Suprema Corte deste país, nada menos em sede de repercussão geral, por ocasião do julgamento do RE 561.836, cuja ementa está assim assentada:**

(...)

**Anoto que do fato processual, notadamente no estudo do caderno probatório, constata-se a inexistência de qualquer prova da reestruturação de cargos e salários, realizada pelo Executivo Estadual e, assim sendo, tivesse sido incorporado o percentual relativo à URV.**

**Fiz aquela anotação com o único propósito de deixar claro como é imprescindível a realização da liquidação, para que permita, ao jurisdicionado, a apuração concreta de valores recebidos ou a receber, bem como o índice correto.**

(...)

Veja-se que neste ponto o Recurso de Agravo Regimental, do Estado de Mato Grosso, **deve ser provido para determinar que a apuração de eventual defasagem da remuneração da parte Apelada, bem como do respectivo índice, seja efetuada na liquidação da sentença.**

**Se é necessária a liquidação, destinada a outorgar liquidez à obrigação estampada na sentença condenatória ilíquida, há reflexo direto na condenação dos honorários advocatícios, o que implica dizer que, quanto a estes, submeter-se-ão também, à liquidação, em quantia certa, de 2% do valor, por ventura, apurado no incidente processual" (fls. 393/398e).**

De igual modo, no julgamento dos Declaratórios, o Tribunal firmou a seguinte compreensão:

"Muito embora tenha trazido ao debate matérias que não sejam as específicas do presente recurso, à luz da regra do art. 1.022 e incisos, CPC/15, em homenagem à teoria da decisão judicial democrática materializada no art. 489, CPC/15, passo a enfrenta-lo.

Os Embargantes afirmam que, quando da oposição dos declaratórios pelo Estado de Mato Grosso, o único ponto alegado dizia respeito ao prequestionamento do art. 168, CRF.

Enganam-se, todavia, os Recorrentes, pois, em suas razões recursais, o Estado de Mato Grosso assim discorreu:

(...)

Assim, é possível observar que a Fazenda Estadual buscava a análise de dois pontos quando interpôs o Regimental e, assim, foi feito. Todavia não se pode considerar o acórdão omisso por ter adotado entendimento diverso do pretendido pelos Embargantes.

A mudança do entendimento, com a determinação da apuração do índice devido e do quantum a ser recebido pelos Embargantes, decorreu do te a 5 do STF, submetido à Repercussão Geral, em que se discute, à luz dos artigos 5º, XXVI; 37, XIV; e 169, § 1º, I e II, da Constituição Federal, o direito, ou não, à compensação da diferença de 11,98%, resultante da conversão em URV dos valores expressos em cruzeiros reais, com o reajuste ocorrido na data-base subsequente.

Nesse sentido, para assentar que nem todo servidor sofreu a defasagem salarial, e mesmo para aqueles que sofreram, o percentual é variável, razão pela qual é necessária a liquidação de sentença, para se apurar a concreta existência dessa defasagem e, acaso existente,

qual o percentual devido.

É preciso também consignar que o término da incorporação dos 11,98%, ou do índice obtido em cada caso, na remuneração, deve ocorrer no momento em que a carreira do servidor passa por uma reestruturação remuneratória, porquanto não há direito à percepção *ad aeternum* de parcela de remuneração por servidor público.

Com efeito, diz-se de omisso o decisum que não se pronuncia sobre ponto ou questão suscitada pelas partes, ou que o juiz deveria pronunciar-se de ofício. Por sua vez, contraditória é a decisão judicial que contenha sofismas e incoerências.

(...)

**Quanto aos honorários advocatícios, digo que se houver a necessidade de apuração do quantum devido e, se devido, serão também os honorários apurados na liquidação de sentença, porque o ato sentencial ilíquido foi proferido sob a égide do CPC/73 e não sob a vigência do novo ordenamento processual. E, diante da impossibilidade de fixação em quantia certa do valor devido, entendo que os honorários devem ser arbitrados em 2% do valor apurado, em consonância com o § 4º do art. 20 do CPC/73; sendo a Fazenda Pública vencida, a verba honorária será fixada consoante a apreciação equitativa do Juiz, atendidas as normas das alíneas a, b e e, do parágrafo 3º" (fls. 479/481e).**

Inicialmente, cumpre asseverar que, ao contrário do que ora se sustenta, não houve violação ao art. 1.022 do CPC/2015, pois a prestação jurisdicional foi dada na medida da pretensão deduzida, de vez que os votos condutores do acórdão recorrido e do acórdão proferido em sede de Embargos de Declaração apreciaram, fundamentadamente e de modo completo, todas as questões necessárias à solução da controvérsia, dando-lhes, contudo, solução jurídica diversa da pretendida.

Vale destacar, ainda, que não se pode confundir decisão contrária ao interesse da parte com ausência de fundamentação ou negativa de prestação jurisdicional. Nesse sentido: STJ, REsp 1.129.367/PR, Rel. Ministra DIVA MALERBI (Desembargadora Federal Convocada/TRF 3ª Região), SEGUNDA TURMA, DJe de 17/06/2016; REsp 1.078.082/SP, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, DJe de 02/06/2016; AgRg no REsp 1.579.573/RN, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJe de 09/05/2016; REsp 1.583.522/SP, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, DJe de 22/04/2016.

Ademais, não se presta a via declaratória para provocar prequestionamento,

se ausentes omissão, contradição ou obscuridade no julgado (STJ, AgRg no REsp 1.235.316/RS, Rel. Ministro HAMILTON CARVALHIDO, PRIMEIRA TURMA, DJe de 12/05/2011), bem como não se presta a via declaratória para obrigar o Tribunal a reapreciar provas, sob o ponto de vista da parte recorrente (STJ, AgRg no Ag 117.463/RJ, Rel. Ministro WALDEMAR ZVEITER, TERCEIRA TURMA, DJU de 27/10/1997).

Em relação a alegação de "decisão extra petita com violação da coisa julgada" (arts. 492, 494 e 941 do CPC/2015), não merece prosperar o Recurso Especial.

Isso porque, no caso, o que se observa, a Corte de origem, ao analisar a controvérsia, asseverou que "Os Embargantes afirmam que, quando da oposição dos declaratórios pelo Estado de Mato Grosso, o único ponto alegado dizia respeito ao prequestionamento do art. 168, CRF. Enganam-se, todavia, os Recorrentes, pois, em suas razões recursais, o Estado de Mato Grosso assim discorreu: (...) Assim, é possível observar que a Fazenda Estadual buscava a análise de dois pontos quando interpôs o Regimental e, assim, foi feito. (...) Assim, é possível observar que a Fazenda Estadual buscava a análise de dois pontos quando interpôs o Regimental e, assim, foi feito. Todavia não se pode considerar o acórdão omisso por ter adotado entendimento diverso do pretendido pelos Embargantes. A mudança do entendimento, com a determinação da apuração do índice devido e do quantum a ser recebido pelos Embargantes, decorreu do te a 5 do STF, submetido à Repercussão Geral, em que se discute, à luz dos artigos 5º, XXVI; 37, XIV; e 169, § 1º, I e II, da Constituição Federal, o direito, ou não, à compensação da diferença de 11,98%, resultante da conversão em URV dos valores expressos em cruzeiros reais, com o reajuste ocorrido na data-base subsequente. Nesse sentido, para assentar que nem todo servidor sofreu a defasagem salarial, e mesmo para aqueles que sofreram, o percentual é variável, razão pela qual é necessária a liquidação de sentença, para se apurar a concreta existência dessa defasagem e, acaso existente, qual o percentual devido. É preciso também consignar que o término da incorporação dos 11,98%, ou do índice obtido em cada caso, na remuneração, deve ocorrer no momento em que a carreira do servidor passa por uma reestruturação remuneratória, porquanto não há direito à percepção *ad aeternum* de parcela de remuneração por servidor público" (fls. 479/481e).

Entretanto, tais fundamentos não foram impugnados, especificamente, pela parte recorrente, nas razões do Recurso Especial. Portanto, incide, na hipótese, a Súmula 283/STF, que dispõe: "É inadmissível o recurso extraordinário, quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles".

A propósito:

"AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL.  
LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA. AÇÃO REVISIONAL  
CUMULADA COM REPETIÇÃO DE INDÉBITO. ART. 535 DO



CPC/1973. VIOLAÇÃO. NÃO OCORRÊNCIA. FUNDAMENTO SUFICIENTE. IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA. AUSÊNCIA. SÚMULA Nº 283/STF. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. FASE LIQUIDAÇÃO. POSSIBILIDADE. SÚMULA Nº 568/STJ.

1. Recurso especial interposto contra acórdão publicado na vigência do Código de Processo Civil de 1973 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

2. Não há falar em negativa de prestação jurisdicional se o tribunal de origem motiva adequadamente sua decisão, solucionando a controvérsia com a aplicação do direito que entende cabível à hipótese, apenas não no sentido pretendido pela parte.

**3. A ausência de impugnação de um fundamento suficiente do acórdão recorrido enseja o não conhecimento do recurso, incidindo o enunciado da Súmula nº 283 do Supremo Tribunal Federal.**

4. É possível a fixação de honorários advocatícios na fase de liquidação de sentença com caráter contencioso. Precedentes.

5. Agravo interno não provido" (STJ, AgInt no AREsp 864.643/PR, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, DJe de 20/03/2018).

Dissentar, outrossim, das constatações firmadas pelo Tribunal local, exige revolvimento do acervo fático-probatório constante dos autos, o que se mostra inviável na via do apelo especial, nos termos do óbice inserto na Súmula 7 do STJ.

Demais disso, observa-se que o acórdão recorrido adotou entendimento pacificado nesta Corte, firmado no sentido de que eventual prejuízo remuneratório decorrente da conversão equivocada da moeda deve ser apurada em liquidação de sentença, conforme julgados assim ementados:

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. DIFERENÇAS DECORRENTES DA URV. DATA DO EFETIVO PAGAMENTO. IMPOSSIBILIDADE DE REVISÃO DE FATOS E PROVAS. AGRAVO INTERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO DESPROVIDO.

1. A jurisprudência dessa Corte, ao julgar o REsp. 1.101.726/SP, representativo de controvérsia, de relatoria da eminente Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, decidiu que os Servidores, cujos vencimentos eram pagos antes do último dia do mês, têm direito

à conversão dos vencimentos de acordo com a sistemática estabelecida pela Lei 8.880/1994, adotando-se a URV da data do efetivo pagamento nos meses de novembro de 1993 a fevereiro de 1994.

2. No caso dos autos, o acórdão recorrido reconheceu o direito dos Servidores ao reajuste, consignando ser devido apenas àqueles cujos vencimentos eram pagos antes do último dia do mês. Tal conclusão deve ser mantida, porquanto a discussão acerca da ausência de elementos probatórios capazes de demonstrar que os Servidores suportaram prejuízos decorrentes da conversão da moeda não dispensa a incursão no fático-probatório dos autos. No mesmo sentido: AgInt. no REsp. 1.598.656/RJ, Rel. Min. MAURO CAMPBELL MARQUES, DJe 3.10.2016 e AgInt no AREsp. 877.282/RJ, Rel. Min. HERMAN BENJAMIN, DJe 5.9.2016.

3. Vale destacar que também é entendimento desta Corte Superior o de que somente em liquidação de sentença há de se apurar a efetiva defasagem remuneratória devida aos Servidores Públicos decorrente do método de conversão da moeda aplicado, de modo a evitar eventual pagamento em duplicidade e o enriquecimento sem causa. Precedentes: AgRg nos EDcl no REsp. 1.237.530/SP, Rel. Min. CESAR ASFOR ROCHA, DJe 13.6.2012 e AgRg no REsp. 1.260.036/SP, Rel. Min. SÉRGIO KUKINA, DJe 28.4.2014.

4. Agravo Interno do Estado do Rio de Janeiro desprovido" (STJ, AgInt no REsp 1.564.403/RJ, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA TURMA, DJe de 17/03/2017).

"PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. PROFESSOR ESTADUAL. OFENSA AO ART. 535 DO CPC NÃO CONFIGURADA. CERCEAMENTO DE DEFESA. SÚMULA 7/STJ. PRESCRIÇÃO DO FUNDO DO DIREITO. NÃO OCORRÊNCIA. SÚMULA 85/STJ. REAJUSTE DE VENCIMENTOS. CONVERSÃO DA MOEDA. UNIDADE REAL DE VALOR - URV. LEI 8.880/1994. COMPROVAÇÃO DE PREJUÍZO. DATA DO EFETIVO PAGAMENTO. LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA. REEXAME DE PROVAS. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ.

1. Discute-se a existência do direito de servidor público estadual às diferenças remuneratórias decorrentes da conversão de Cruzeiros Reais para Unidade Real de Valor - URV pela incidência da Lei 8.880/1994.

2. A solução integral da controvérsia, com fundamento suficiente, não

caracteriza ofensa ao art. 535 do CPC.

3. Quanto ao alegado cerceamento de defesa, não há como aferir eventual ofensa aos mencionados dispositivos legais sem que se verifique o conjunto probatório dos presentes autos. A pretensão de simples reexame de provas, além de escapar da função constitucional deste Tribunal, encontra óbice na Súmula 7 do STJ, cuja incidência é indubitosa no caso sob exame.

4. Quanto à prescrição, este Tribunal Superior firmou o entendimento de que, nas ações em que se busca o pagamento das diferenças salariais decorrentes da edição da Lei 8.880/1994, a relação é de trato sucessivo, incidindo a prescrição tão somente sobre as parcelas vencidas no quinquênio anterior ao ajuizamento da ação, não alcançando o fundo de direito, ex vi do enunciado sumular 85/STJ.

5. A tese do recorrente está condicionada à definição do dia em que ocorrera o pagamento dos vencimentos do recorrido e à comprovação de efetivo prejuízo a este quando da conversão em URV. Desse modo, o acolhimento da pretensão recursal exige incursão no contexto fático-probatório deste processo, o que encontra óbice na Súmula 7/STJ: "A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial".

**6. O STJ tem entendimento firmado de que eventual prejuízo remuneratório decorrente da conversão equivocada da moeda deve ser apurada em liquidação de sentença.**

7. Agravo Interno não provido" (STJ, AgRg no REsp 1.577.727/RJ, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 14/10/2016).

Por fim, em relação aos arts. 14, 85, §§ 3º e 4º, do CPC/2015, a pretensão recursal esbarra em óbice inarredável, isto é, na ausência de prequestionamento (Súmula 282/STF).

Além disso, a posição adotada pelo Tribunal de origem, encontra-se em harmonia com a orientação firmada pela Corte Especial do STJ (EDcl na MC 17.411/DF, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, CORTE ESPECIAL, DJe de 27/11/2017), segundo a qual **o marco inicial da aplicação das novas regras de fixação dos honorários advocatícios, trazidas pelo Código de Processo Civil de 2015, é a data da prolação da sentença ou do ato jurisdicional a ela equivalente**. De modo que, vigentes as disposições estabelecidas no Código de Processo Civil de 1973 (CPC1973), ao tempo da sentença, não há lugar para fixação dos honorários nos moldes do Novo diploma processual civil.

A propósito:

"PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. RESPONSABILIDADE CIVIL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO (ETE) SÃO JORGE. INDÍCIOS DE MAU CHEIRO NA REGIÃO CIRCUNVIZINHA. INSTRUÇÃO PROBATÓRIA INDISPENSÁVEL. PRODUÇÃO DE PROVA TÉCNICA. OFENSA AO ART. 1.022 DO CPC NÃO CONFIGURADA. DEFICIÊNCIA NA FUNDAMENTAÇÃO. SÚMULA 284/STF. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO A FUNDAMENTO AUTÔNOMO. SÚMULA 283/STF. REEXAME DO CONTEXTO FÁTICO-PROBATÓRIO. SÚMULA 7/STJ. EMBARGOS PROTRELATÓRIOS. APLICAÇÃO DE MULTA. REEXAME DOS FATOS. SÚMULA 7/STJ.

(...)

6. No tocante à alegada ofensa ao art. 85 do CPC/2015, o Superior Tribunal de Justiça firmou o entendimento de que, ao processo que tenha sentença na vigência do CPC/1973 e acórdão em segundo grau na vigência do CPC/2015, aplica-se o regime previsto no art. 20 do CPC/1973 para a fixação dos honorários na sentença e não há honorários sucumbenciais recursais no julgamento do recurso da sentença (v.g. no julgamento da Apelação ou do Agravo).

7. Recurso Especial parcialmente conhecido, somente com relação à preliminar de violação do art. 1.022 do CPC/2015, e, nessa parte, não provido" (STJ, REsp 1.802.785/PR, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 19/06/2019).

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. MARCO TEMPORAL PARA A APLICAÇÃO DO CPC/2015. DATA DA PROLAÇÃO DA SENTENÇA. PRECEDENTES. HONORÁRIOS FIXADOS DE FORMA IRRISÓRIA. MAJORAÇÃO. POSSIBILIDADE. PRECEDENTES.

**1. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é firme no sentido de que a prolação da sentença é o marco temporal para delimitar o regime jurídico aplicável à fixação de honorários advocatícios. *In casu*, tendo a sentença sido prolatada na vigência do CPC/1973, devem os honorários ser fixados nos moldes de seu art. 20.**

2. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça admite a revisão do juízo de equidade referente à fixação de honorários advocatícios

(art. 20, § 4º, do CPC/1973) quando o valor arbitrado é irrisório ou exorbitante.

3. Considerando as peculiaridades do caso concreto, mostra-se pertinente a fixação de honorários advocatícios nos termos como decidido pela sentença do Juiz de 1º grau.

3. Agravo interno não provido" (STJ, AgInt no REsp 1.694.752/SP, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, DJe de 14/05/2019).

Ante o exposto, conheço, em parte, do Recurso Especial, e, nessa parte, nego-lhe provimento.

Em atenção ao disposto no art. 85, § 11, do CPC/2015 e no Enunciado Administrativo 7/STJ ("Somente nos recursos interpostos contra decisão publicada a partir de 18 de março de 2016 será possível o arbitramento de honorários sucumbenciais recursais, na forma do art. 85, § 11, do NCPC"), majoro em 1% (um por cento) os honorários advocatícios anteriormente fixados, levando-se em consideração o trabalho adicional imposto ao advogado da parte recorrida, em virtude da interposição deste recurso, respeitados os limites estabelecidos nos §§ 2º e 3º do art. 85 do CPC/2015.

I.

Brasília, 28 de novembro de 2019.

MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES  
Relatora